

Crianças que se encontram em risco de violação dos seus direitos de proteção (CPMS)

Anexo 3 da [NOTA DE ORIENTAÇÃO: Apoiar programas integrados de educação e proteção infantil na ação humanitária](#), conforme mencionado nos [Requisitos Mínimos de Proteção Infantil \(Child Protection Minimum Standards, CPMS\)](#).

Atualizado em outubro de 2025.

Os riscos de proteção de crianças, das suas famílias e das comunidades em que vivem são exponencialmente exacerbados e intensificados durante as crises. Compreender vulnerabilidades históricas e específicas de períodos de crise e disparidades em termos de serviços permite que ambos os sectores abordem o planeamento, intervenções e a criação de medidas de uma perspetiva mais informada.

Quando ambos os sectores exploram intervenções programáticas, é importante considerar as seguintes questões:

- De que forma estas circunstâncias e experiências particulares de cada população em alto risco afetam a capacidade de as crianças terem acesso e participar na aprendizagem, de maneira segura e plena?
- Quais são as barreiras ou dificuldades específicas que impedem ou limitam o acesso e a participação?
- As intervenções de aprendizagem existentes podem acomodar as necessidades específicas de proteção e aprendizagem das crianças sem ou com poucos recursos, ou mesmo com substanciais contributos adicionais? Que contributos são necessários?
- As medidas governamentais e as culturas/infraestruturas escolares são acolhedoras, atenuam riscos de proteção de forma explícita e promovem a equidade, no presente e para o futuro?

Considerar as seguintes necessidades específicas para crianças em risco. A lista representa apenas alguns pontos de crianças em risco. Cada resposta precisa de identificar e analisar grupos e riscos específicos.

Adolescentes e jovens

Para cada Nota de Orientação, o foco encontra-se nas crianças até a nível secundário de educação, que normalmente corresponde à faixa de 9 a 18 anos de idade. Cada aspecto do trabalho de apoio às crianças até os 18 anos de idade deve promover competências relevantes para jovens adultas/os, e capacitar-las/os para reclamarem os seus direitos e os utilizarem para continuarem a construir a sua resiliência e competências essenciais. A adolescência e a juventude são períodos importantes de desenvolvimento mental, durante os quais ambientes seguros podem promover o sucesso futuro das crianças e até atenuar o impacto da adversidade vivenciada durante a primeira infância. Agentes humanitárias/os têm de ponderar as perspetivas e as necessidades específicas das/os adolescentes em termos de resultados e programas. É possível que a condução de programas através de escolas e de grupos ao nível comunitário nem sempre consiga alcançar as/os adolescentes, em particular aquelas/es que se encontravam mais vulneráveis ou marginalizadas/os antes da crise. Adolescentes e jovens podem sentir-se encravadas/os entre a infância e a idade adulta. Podem não querer participar em “atividades de crianças”, ao mesmo tempo que podem não ser consideradas/os suficientemente maduras/os ou com idade para participar em atividades de tomada de decisões organizadas por adultos e ao nível da comunidade ampliada. Tanto o sector de proteção infantil quanto o da educação têm de se concentrar nas capacidades das/os adolescentes e nas suas contribuições para as respostas humanitárias, para além das suas necessidades. No âmbito dos programas integrados, os sectores precisam proporcionar oportunidades seguras de aprendizagem, assim como abordar fatores de risco específicos da idade, tais como o comportamento de risco intensificado ou violência de género e sexual. Há oportunidades significativas para introduzir e criar comportamentos e competências em adolescentes e jovens a partir de programas direcionados e integrados, bem como de mobilizar e construir as capacidades de adolescentes e jovens no sentido de promover a proteção e a aprendizagem contínua de crianças mais jovens.

Ponderar: Que oportunidades existem ou podem ser criadas para que as/os adolescentes concebam e apoiem programas para si mesmas/os, para crianças mais jovens e para as respetivas comunidades? De que forma as aspirações e os pontos fortes de adolescentes e jovens recolhidos nas avaliações são incorporados em planos de resposta?

[Evidence on Learning OutOn the Precipice of Progress: National policy openings that increase forcibly displaced adolescent and youth enrollment and retention in secondary education](#) (SEWG, 2024)

[Shifting Power to Young People - How Young People Can Lead And Drive Solutions in Humanitarian Action](#)
(ActionAid International, Restless Development, 2019)

[With Us and For Us: Working with and for Young People in Humanitarian and Protracted Crises](#) (NRC, UNICEF, 2020)

[Lost Opportunity: Education for out-of-school youth in emergency and protracted settings](#) (NORCAP, 2024) [comes for Adolescents in Fragile Contexts: A Landscape Analysis](#) (INEE, 2022)

Crianças mais jovens (Desenvolvimento e educação na primeira infância)

A primeira infância abrange crianças com idade entre 0 e 8 anos. Para a finalidade desta Nota de Orientação, o foco encontra-se em crianças com idade entre 3 e 8 anos, abarcando desde o período pré-escolar até os primeiros anos da educação primária. Os contextos de crise aumentam significativamente potenciais riscos de proteção para as crianças mais jovens, que se encontram numa fase de rápido crescimento físico e mental. Isso pode ter um impacto nocivo em sua saúde, bem-estar e desenvolvimento contínuo. As estruturas de apoio, desde as suas relações com cuidadoras/es e família até os sistemas e estruturas que fornecem serviços de cuidados essenciais de proteção, podem ser perturbados ou destruídos, afetando, desta forma, a sua sensação de estabilidade, um meio de apoiar o desenvolvimento e relações saudáveis, e de as expor a novos e mais elevados riscos de proteção. As primeiras vivências de uma criança afetam a forma como o seu cérebro se desenvolve e se adapta ao ambiente que a rodeia, tendo implicações permanentes na aprendizagem, na resiliência e na saúde física e mental. Em particular, a exposição a experiências crónicas adversas dá origem a estresse tóxico, o qual pode ter um impacto negativo na saúde cognitiva, socioemocional e física da criança, com consequências evidentes para a sua educação. O investimento no desenvolvimento na primeira infância proporciona maiores oportunidades de envolver pais e cuidadoras/es de forma mais intencional para fornecer e apoiar a proteção e a aprendizagem precoce. Os programas integrados precisam, necessariamente, de um foco transversal para assegurar que múltiplos riscos e impactos negativos sejam atenuados de maneira coesa e abrangente. O espaço de programas para crianças mais jovens abrange principalmente intervenções na família e em centros. Nesta idade, as crianças são mais dependentes de suas/seus cuidadoras/es. Por isso, o impacto de uma crise na capacidade de um pai/mãe/cuidadoras/es estar presente e fornecer apoio tem de fazer parte de qualquer avaliação e intervenção.

Ponderar: De que forma criamos oportunidades para as crianças mais jovens que acompanham irmãs/ões mais velhas/os a ambientes de aprendizagem? Como os programas de desenvolvimento na primeira infância conduzidos em casa ou na comunidade podem transitar para a educação primária formal ou não formal? Como adolescentes e jovens podem ser envolvidas/os no apoio às crianças mais jovens?

[Desenvolvimento da primeira infância em normas humanitárias e documentos de orientação \(Early childhood development in humanitarian standards and guidance documents\)](#) (Moving Minds Alliance, 2021)

[Manual de desenvolvimento na primeira infância em situações de emergência \(Early Childhood Development in Emergencies Manual\)](#) (Save the Children, 2017)

[Orientações programáticas do UNICEF para o desenvolvimento na primeira infância \(UNICEF's Programme Guidance for Early Childhood Development](#) (UNICEF, 2017)

[Página de Recursos para o Desenvolvimento da Primeira Infância](#) (INEE)

[Enquadramento de cuidados protetores em emergências \(Nurturing Care in Emergencies Framework\)](#) (OMS, 2020)

[Formação online sobre aprender brincando \(Learning Through Play online training\)](#) (LEGO, 2022)

[Dossiê técnico #5: Pedagogia sensível às questões de género para a educação na primeira infância \(Gender-responsive pedagogy for early childhood education\)](#) (VVOB, 2020)

[Young Children and the Polycrisis, Where to from Here](#) (ECDAN, 2025)

[Compendium of Resources for Family and Caregiving Strengthening in Humanitarian Settings](#) (Alliance, 2023)

Crianças com deficiência

A categoria “crianças com deficiência” inclui crianças que têm uma limitação física, psicossocial, intelectual ou sensorial (visual ou auditiva) de longo prazo. Estas limitações podem originar barreiras físicas, de comunicação ou socioculturais, que limitam a sua participação de maneira igualitária na sociedade. Isto as coloca em risco mais elevado em contextos humanitários. As crianças com deficiência têm os mesmos direitos humanos que todas as outras crianças. Os dois sectores encontram-se bem posicionados para identificar e abordar riscos e barreiras que impedem as crianças com deficiência de ter igual acesso a oportunidades de aprendizagem com qualidade. As instalações e os serviços devem ser concebidos para que todas as crianças tenham acesso e possam utilizá-los o máximo possível, e devem incluir, ainda, acomodações razoáveis ou adaptações para as crianças com deficiência. Ao longo de todo o ciclo do programa, os dois sectores devem analisar as relações entre a deficiência e outros fatores de risco (como meninas com deficiências, crianças com deficiências que vivem em instituições, etc.) que podem constituir desafios no acesso e na participação eficaz na aprendizagem e em outros serviços e oportunidades. É sempre relevante e necessário que as partes interessadas desagreguem dados qualitativos e individuais por deficiência, uma vez que as crianças estão presentes em todos os contextos, e devem ser reconhecidas pelas medidas e ações dos programas, durante e após os períodos de crise. (Requisito 31 da CPMS) Acrescenta que, muitas vezes, as crianças com deficiência começam a escola mais tarde do que outras crianças, se de facto o chegarem a fazer. É essencial estabelecer ligações com a mobilização da comunidade e serviços de gestão de casos.

Uma educação inclusiva significa assegurar que as barreiras físicas, comportamentais e financeiras não inibem estudantes com deficiências de participar na educação. O artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência salienta o direito à educação inclusiva e proíbe a discriminação com base na deficiência na educação. Alcançar uma educação inclusiva e de qualidade em termos de deficiência depende de: Exigir padrões mínimos de acessibilidade para todas as escolas, incluindo

aquelas que se encontram em contextos de emergência; investir em formação de professoras/es que prepare todas/os as/os educadoras/es para dar resposta à diversidade na sala de aula e à inclusão da deficiência, em particular; garantir que materiais e recursos estejam disponíveis em formatos acessíveis e que sejam facilmente adaptáveis; investir em tecnologia e dispositivos de apoio para crianças com deficiências, assegurando o envolvimento de organizações de pessoas com deficiência no planeamento e na monitorização da educação.

[Qualitative Assessment Approaches for the Protection of Children with Disabilities Within Humanitarian Contexts](#)
(Alliance, 2023)

[Inclusive Education in Emergencies Training Module](#) (INEE, 2024)

[Disability-inclusive Education in Emergencies: Key concepts, approaches, and principles for practice](#) (INEE, 2023)

[Crianças com deficiências em situações de conflito armado \(Children with disabilities in situations of armed conflict\)](#) (UNICEF, 2018)

[Deficiência e a COVID-19: Nota de Orientação para Projetos \(Disability and COVID-19: Guidance note for projects\)](#) (Girls' Education Challenge UKaid, 2020)

[Tecnologia de Informação e Comunicação no apoio à inclusão de crianças com deficiências na educação \(Information and Communication Technology supporting the inclusion of children with disabilities in education\)](#) (Humanity & Inclusion, 2022)

[Educação inclusiva de qualidade na essência dos ODS \(Quality Inclusive Education at the Heart of the SDGs\)](#) (IDDC, 2015)

[Educação inclusiva: rumo à inclusão de todas/os as/os estudantes \(Inclusive Education: towards the inclusion of all learners\)](#) (Humanity and Inclusion, 2022)

Género

O género possui um papel crucial na forma como as crianças são tratadas e como os seus direitos são respeitados no seio das famílias e comunidades. As normas sociais de género influenciam as diferentes vivências, potencial e riscos de meninas e meninos. Estes “padrões de género” também afetam as crianças com identidade de género ou com características sexuais não binárias, como as que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou intersexo. As desigualdades de género pré-existentes tendem a aumentar durante uma crise humanitária. Exemplos de risco aumentado durante períodos de crise podem incluir:

- mais casamentos prematuros e forçados, ou crianças traficadas por forças armadas;
- gravidez prematura;

- meninos podem ficar mais vulneráveis ao recrutamento forçado;
- crianças transexuais podem estar sujeitas a um maior risco de violência ou a dificuldades em acessar espaços de aprendizagem;
- pode esperar-se que todos os géneros assumam o papel de cuidadoras/es ou que procurem emprego para apoiar a família, etc.

O impacto sobre a capacidade de uma criança ingressar, continuar ou completar a educação formal ou não formal pode ser significativo. A análise de riscos para as crianças e de resiliência associados ao género devem ser conduzidos ao longo de todo o ciclo do programa. As intervenções devem considerar as fontes causais da discriminação e desigualdade com base no género, evitar o reforço ou a continuação de relações de poder com base no género, além de apoiar a igualdade de género sempre que possível.

[Manual da INEE sobre Género](#) (INEE, 2019)

[Manual de formação sobre questões de género da INEE](#) (INEE, 2019)

[Normas e intervenções para eliminar barreiras associadas ao género para a participação e aprendizagem escolar de meninas em países de renda baixa e média: Uma revisão sistemática dos dados \(Policies and interventions to remove gender-related barriers to girls' school participation and learning in low- and middle-income countries:A systematic review of the evidence\)](#) (Campbell Systematic Reviews, 2022)

[Lista de dicas sobre medidas de igualdade de género do IASC \(IASC Gender Equality Measures Tip Sheet\)](#) (IASC, 2018)

[Navigating Resistance to Gender Transformation Education in Emergencies: 10 Tips for Practitioners](#) (INEE, 2025)

[Transforming Patriarchy: Engaging Men and Boys in Promoting Gender Equity in and through Education](#) (INEE, 2025)

[The Declaration of Gender Justice in Islam, Research and Findings](#) (Islamic Relief Worldwide, 2019)

[Gender responsive Teachers training Pack](#) (Plan International, 2020)

[The Role of Cash and Voucher Assistance in Increasing Equity and Inclusion for Girls and Children with Disabilities in Education in Emergencies](#) (Global Education Cluster CVA Task Team)

Crianças em deslocação: Crianças refugiadas/deslocadas internamente/apátridas/migrantes

As crianças que são refugiadas, deslocadas internamente ou apátridas enfrentam riscos acrescidos de abuso, negligência, exploração e violência. Todas as crianças têm os mesmos direitos ao abrigo da

Convenção sobre os Direitos da Criança. Os países têm a obrigação de as proteger e de garantir que os seus direitos são protegidos. Barreiras de caráter legal, normativo e prático e discriminação podem levar a que as crianças tenham o acesso a serviços essenciais negado. Todas as respostas têm de procurar soluções sustentáveis para as crianças, suas famílias e comunidades, através de intervenções programáticas e do apoio a medidas relevantes e de esforços de reforço de capacidade das autoridades. A inclusão em uma educação de qualidade e igualdade nos sistemas educativos nacionais contribui para a resiliência e prepara crianças e jovens para a participação em sociedades coesas, sendo a melhor escolha de medidas para crianças e jovens refugiadas/os, deslocadas/os internamente ou apátridas, assim como para suas comunidades de acolhimento.

Conjuntos determinados de leis e normas abordam os direitos de pessoas refugiadas, incluindo a Convenção para os Refugiados (Refugee Convention) de 1951 (e o seu Protocolo de 1967), assim como o Pacto Global sobre Refugiados (Global Compact on Refugees), que fornece proteções específicas e destaca direitos específicos das pessoas refugiadas. Isto inclui o direito à educação formal. A educação não formal não está referenciada, apesar de, muitas vezes, fazer parte de uma resposta mais abrangente de EeE para pessoas refugiadas. Quando refugiadas/os regressam ao seu país de origem, são designadas/os de “repatriadas/os” e necessitam de apoio específico para se reintegrarem, incluindo a reintegração nos sistemas de educação. Trabalhar em crises de pessoas refugiadas envolve, portanto, enquadramentos legais específicos, considerações e procedimentos que têm implicações para as/os profissionais em áreas como coordenação, trabalho com governos, recolha de dados e gestão da informação, processos de registo, determinação do estatuto de refugiadas/os e soluções sustentáveis. Para isto, aplicam-se as orientações específicas da ACNUR.

Todas as crianças são responsabilidade do governo do país em que residem. Proteções e serviços devem ser fornecidos de acordo com a política e os requisitos nacionais. Para muitas/os refugiadas/os e deslocadas/os, a falta de documentação adequada pode ser um problema. Isso pode criar barreiras no acesso a serviços, assim como para a garantia e o benefício de sistemas jurídicos, incluindo a capacidade de se inscrever e participar da educação formal em países e comunidades anfitriãs.

A potencial falta de documentação e reconhecimento de direitos cria barreiras significativas para as crianças se inscreverem, concluirão e serem reconhecidas pelas realizações académicas. Em alguns contextos, as crianças refugiadas/deslocadas/migrantes/ápatridas não são incluídas em dados regionais ou nacionais, incluindo sistemas de dados educativos. Isso impacta as atribuições de financiamento, a formação e a distribuição de recursos e a monitorização do progresso e dos desafios na aprendizagem. Além disso, o país de acolhimento, o currículo e a língua da comunidade anfitriã (bem como sua história e cultura) podem não atender às necessidades das crianças em movimento.

Ponderar: Além das intervenções que apoiam as crianças em movimento, considerar a transmissibilidade, a acreditação e o valor da formação académica e as perspetivas de emprego quando ou se elas se estabelecerem, se restabelecerem ou regressarem ao seu país de origem.

[Acesso equitativo à educação de qualidade para crianças deslocadas internamente \(Equitable Access to Quality Education for Internally Displaced Children\)](#) (UNICEF/IDMC, 2019)

[Educação, crianças em movimento e inclusão na educação \(Education, Children on the move and Inclusion in Education\)](#) (UNICEF, 2022)

[Educação de refugiadas/os 2030, uma estratégia para a inclusão de refugiados](#)

[Pacto Global sobre Refugiados \(Refugee Education 2030, a Strategy for Refugee Inclusion. Global Compact on Refugees\)](#) (ACNUR, 2019)

[Guide to Refugee Inclusion in National Education Systems](#), World Bank and UNHCR, 2025

[Supporting Integration: A Toolkit for Practitioners Working with Children and Young People on the Move](#) (Family For Every Child, 2025)

[Education solutions for migrant and displaced children and their host communities](#) (UNICEF, 2022)

[UNHCR Best Interest Procedure Guidelines: Assessing and Determining the Best Interest of the Child](#) (UNHCR, 2021)

Crianças desacompanhadas e separadas da família (UASC, na sigla em inglês)

Na maioria dos conflitos armados, deslocamentos em massa da população, desastres naturais, fome/crises alimentares e outras crises, as crianças correm maior risco de separação de suas famílias ou de outras/os cuidadoras/es adultas/os. O UASC é um dos grupos mais vulneráveis em contextos de crise, com as crianças geralmente sendo privadas de cuidados e proteção. Embora algumas crianças possam precisar de cuidados alternativos temporários, a maioria pode-se reunir com pais, cuidadoras/es, irmãs/ões, membros da família ampliada ou outras/os adultas/os que conhecem e que estão dispostas/os e são capazes de prestar cuidados e proteção.

O UASC é apoiado por enquadramentos de proteção que respeitam os princípios da unidade familiar e os melhores interesses da criança. Os componentes de programas podem incluir a prevenção de separação, a monitorização e a reunificação familiar, cuidados provisórios, soluções de longo prazo para as crianças que não podem ser reunificadas, e intervenções de apoio que promovem o bem-estar e o desenvolvimento saudável. Isto pode abranger:

- Sistema substancial de gestão de casos para garantir que os melhores interesses das crianças sejam avaliados, determinados e considerados prioritariamente em todas as decisões que as afetam.
- O grupo de UASC é priorizado para acesso igual e seguro a assistência, proteção e serviços, incluindo a educação. Abordar barreiras financeiras e logísticas para o grupo UASC e suas/seus cuidadoras/es.

- A monitorização e o seguimento em tempo hábil, sistemático e transversal (a) apoiam a reunificação da família e a reintegração da comunidade e (b) verifica se as crianças que foram reunidas estão a receber cuidados adequados.
- Apoiar a formação de todas/os as/os cuidadoras/es que apoiam UASC, incluindo professoras/es, para garantir que a confiança e o sentido de segurança das crianças sejam fortalecidos e as necessidades específicas atendidas nos cuidados e na escola. As/Os cuidadoras/es recebem suporte contínuo.
- Quando há a necessidade de intervenção especializada, os recursos locais devem ser explorados e apoiados enquanto forem do melhor interesse da criança.
- Quando a reunificação não é possível, apoiar os cuidados comunitários que promovem a cultura de uma criança e fornecem continuidade de aprendizagem, socialização e desenvolvimento.
- A matrícula e o progresso de uma criança na aprendizagem são oficialmente documentados e transferidos quando uma criança é reunida.

As intervenções devem concentrar-se em responder às necessidades de UASC, além de impedir o risco e mitigar os impactos da separação. As atividades escolares e de preparação para desastres com base na comunidade podem prevenir e/ou mitigar o risco de separação, bem como criar contingências que permitam uma rápida reunificação com famílias e comunidades. Os sistemas de salvaguarda infantil e informação devem responder ao potencial de separação.

[Recursos UASC \(UASC Resources\)](#) (Aliança)

[Child Protection Minimum Standards](#) (Alliance, 2020), Standard 13

[Inter-Agency Guiding Principles on Unaccompanied and Separated Children](#) (Inter-agency, 2004)

[Field Handbook on UASC](#) (IAWG-UASC, 2016): Core operational guidance across prevention, FTR, interim/alternative care, and durable solutions, with relevance to education continuity.

[Alternative Care in Emergencies \(ACE\) Toolkit \(IAWG, 2013\)](#): Practical toolkit for designing/monitoring alternative care, highlighting the role of schools in protective care.

[Toolkit on UASC](#) (Alliance, 2017)

[Guidelines on supervised independent living for unaccompanied children](#) (UNHCR, 2021)

[Guidance Note: Primary Prevention of Family Separation](#) (Alliance, 2022)

[Learning Package: Prevention of Separation](#) (Alliance, 2023)

[Child Protection Case Management Training Package for Case Workers in Humanitarian Settings - Level 3](#)

[Unaccompanied and Separated Children](#) (Alliance, 2023)

[UASC Training of Trainers](#) (Alliance, 2023)

Práticas culturais prejudiciais

Práticas culturais prejudiciais, como casamento infantil e mutilação genital feminina (MGF), são práticas discriminatórias cometidas regularmente por longos períodos de tempo que comunidades e sociedades consideram aceitáveis. Em todo o mundo, centenas de milhões de crianças experimentam alguma forma de violência, exploração ou prática prejudicial, embora as meninas enfrentem risco muito maior. A norma cultural pode estender-se para além de identidades de género, etnia, religião, grupo social ou casta.

Exemplos de práticas prejudiciais incluem:

- Casamento infantil e MGF, refletindo valores da comunidade que têm as meninas em baixa estima
- Envolvimento em meios de subsistência e apoio às famílias por meio de responsabilidades pastorais, impedindo que os meninos frequentem a escola após certa idade
- Tabus de menstruação e práticas que impedem a interação, colocam as meninas em perigo ou isolamento adicionais e impedem a participação assídua na educação

Ponderar: Como os programas integrados podem corrigir políticas desiguais e percepções culturais, atitudes e comportamentos que permitem práticas prejudiciais?

Série de Vídeos CMPS: Requisito 8, Violência física e outras práticas prejudiciais (Standard 8, Physical violence and other harmful practices) (Aliança, 2016)

Orientação para envolver líderes tradicionais: Casamento infantil (Guidance for Engaging Traditional Leaders: Child marriage) (Save the Children, 2020)

Secondary Education and Early Marriage in Forced Displacement and Crisis Settings Briefing Paper (Plan International/UNHCR, Secondary Education Working Group, 2024)

Preventing and Responding to Child Early Forced Marriage and Unions Technical Guidance (Save the Children, 2021)

Theory of Change: Prevent and Respond to Child Marriage in Humanitarian and Forced Displacement settings (Plant Internation and Save the Children International, 2025)

Crianças em contato com o sistema de justiça

As crianças podem interagir com o sistema de justiça como testemunhas, vítimas (sobreviventes), acusadas, criminosas condenadas ou uma combinação destes papéis. Nos contextos de crise, não é incomum que as comunidades sejam expostas a níveis mais altos de agentes da lei e outras autoridades encarregadas de responder ou impedir a agitação civil. Existem alguns grupos de crianças que podem ter exposição mais frequente ou podem ser mais vulneráveis dentro dos sistemas legais e civis. Por

exemplo, crianças deslocadas e migrantes podem ser detidas em travessias de fronteira, crianças anteriormente associadas a forças ou grupos armados podem ser detidas, crianças que trabalham que podem não ter permissões ou ainda idade legal de trabalho, crianças que foram privadas de seus direitos por sistemas e práticas legais injustos. Com base nos pontos fortes de cada sector, os programas integrados podem fornecer medidas de proteção imediatas, enquanto corrigem e atuam nas necessidades de aprendizado para apoiar a reintegração, aceitação e comportamentos positivos, conforme necessário.

[Revisão Interinstitucional da Justiça para Crianças num Contexto Humanitário \(Inter-agency Review of Justice for Children in a Humanitarian Context – CPMS 14\)](#) (International Bureau for Children's Rights, Aliança, 2016)

[Child Protection Minimum Standards](#) (Alliance, 2020), Standard 20

[The United Nations Global Study of Children Deprived of Liberty](#) (Nowak 2019)

Trabalho infantil

Trabalho infantil é o trabalho realizado por crianças sem as idades mínimas legais para trabalho. As legislações nacionais normalmente definem várias idades mínimas para diferentes tipos de trabalho. Por exemplo, a idade para o trabalho normal em tempo integral pode começar na idade em que a escolaridade obrigatória termina. O termo trabalho infantil refere-se ao trabalho que é mental, física, social ou moralmente perigoso e prejudicial para as crianças, e que interfere na educação, privando-as da oportunidade de frequentar a escola, fazendo-as deixar a escola prematuramente ou exigindo que elas tentem combinar a assiduidade escolar com trabalho excessivamente longo e pesado.

O trabalho infantil é qualquer trabalho que priva as crianças da sua infância, de seu potencial e sua dignidade. É um trabalho que interfere na educação das crianças e afeta negativamente o seu bem-estar emocional e físico, assim como seu desenvolvimento. Muitas crianças trabalhadoras estão envolvidas nas piores formas de trabalho infantil, incluindo trabalho forçado, recrutamento em grupos armados, tráfico de exploração, exploração sexual, trabalho ilícito ou trabalho perigoso. As crises humanitárias podem aumentar a prevalência e a gravidade das formas existentes de trabalho infantil ou desencadear novas formas. (Veja também os Requisitos do CPMS [9](#) e [11](#).)

Todas as crianças estão protegidas do trabalho infantil, especialmente das piores formas de trabalho infantil, que podem relacionar-se ou ser agravadas pela crise humanitária. As agências devem apoiar as crianças a deixar o trabalho infantil prejudicial, apoiar a sua reintegração nas famílias (quando necessário) e a reentrada na educação, conforme apropriado. Nos casos em que isso não é possível, é importante:

- Visar a redução de danos diminuindo o horário de trabalho

- Apoiar a transição para afastar as crianças das piores formas de trabalho infantil
- Colaborar com famílias, comunidades, empregadoras/es e sistemas para garantir que os riscos de proteção sejam mitigados, na medida do possível
- Garantir que existam oportunidades de aprendizagem alternativas, flexíveis e que garantam proteção, e que sejam acessíveis a crianças trabalhadoras

[Prevenção e Resposta ao Trabalho Infantil na Ação Humanitária \(Preventing and Responding to Child Labour in Humanitarian Action\)](#) (Aliança, 2019)

[Child Protection Minimum Standards](#) (Alliance, 2020), Standard 12

[Child Labour and Education in Humanitarian Settings](#) (Alliance, INEE, 2023)

[Preventing and Responding to Child Labour in Humanitarian Action](#) (Alliance, 2021)

[Child Labour Case Study | Promoting Education to Prevent Child Labour Among Adolescent Girls in Lebanon](#)

[Child Labour Case Study | Conditional Cash Programming to Address Child Labour and Promote Education in Turkey](#)

rianças associadas a forças armadas ou grupos armados

“O conflito armado tem um impacto devastador nas crianças, sujeitando-as à violência, ao deslocamento forçado, à separação da família, a interrupções extremas em serviços básicos e à perda de oportunidades de aprendizagem e emprego. Também impõe sofrimento através de violações graves dos direitos das crianças, como exploração sexual, violação e outras formas graves de violência sexual, assassinato e mutilação, e recrutamento para as forças e grupos armados. O recrutamento ou uso de crianças em forças e grupos armados refere-se ao recrutamento ou alistamento, obrigatório, forçado ou voluntário, de crianças em qualquer tipo de força armada ou grupo armado. É uma das seis graves violações contra crianças em tempos de guerra, mas o número de crianças recrutadas continua a subir.

As crianças associadas a forças armadas e grupos armados são de diferentes idades, géneros e grupos étnicos. Meninos e meninas são usados por forças e grupos armados de várias maneiras diferentes, inclusive como combatentes, cozinheiros/os, carregadoras/es, mensageiros/os e espiões/ões. São também frequentemente sujeitas/os a exploração sexual. Algumas crianças envolvem-se através da intimidação, sequestro ou casamento forçado. Outras podem ver o alistamento como uma estratégia de sobrevivência quando confrontadas com a pobreza, falta de acesso à educação e emprego, violência doméstica ou normas de género opressivas. Embora a experiência das meninas associadas a forças armadas e grupos armados seja amplamente negligenciada, elas não são menos afetadas do que os meninos quando se trata de participar diretamente ou de testemunhar conflitos armados.

A associação com forças armadas e grupos armados expõe as crianças à violência física, psicológica e sexual, e interrompe profundamente o seu desenvolvimento e sua vida posterior. Ao deixar as forças armadas e grupos armados, as crianças e as suas famílias geralmente sofrem altos níveis de estresse, incluindo adversidade socioeconómica, estigma e discriminação. As oportunidades educativas perdidas e as dificuldades em alcançar marcos importantes na vida fazem com que muitas crianças se sintam mal equipadas para contribuir para a família e a economia local quando regressam à vida civil. Algumas crianças anteriormente recrutadas e usadas são detidas por longos períodos, julgadas como participantes de hostilidades consideradas ilegais e expostas a tortura e incerteza. Estarem separadas das suas famílias e perder entes queridos também ameaça a sua saúde e desenvolvimento saudável” (Alliance, 2022b).

[Embalado pelo conflito: Implicações para Programas \(Cradled by Conflict: Implications for Programming\)](#) (United Nations University, 2018)

[Nota técnica sobre meninas associadas a forças armadas e grupos armados \(Technical Note on Girls Associated with Armed Forces and Armed Group\)](#) (Alliance, 2020)

[Saúde mental e apoio psicossocial em programas CAAFAG \(Mental Health and Psychosocial Support in CAAFAG Programmes\)](#) (Alliance, 2022)

[Child Protection Minimum Standards](#) (Alliance, 2020), Standard 11

[Education Interventions for Children Associated with Armed Forces and Armed Groups](#) (Alliance, 2023)

[Education for children and young people formerly associated with armed forces and armed groups. Guidance for teachers and educators.](#) (SRSG CAAC, 2025)

[Guiding Principles for the Domestic Implementation of a Comprehensive System of Protection for Children Associated with Armed Forces or Armed Groups](#) (ICRC, 2011)

[Childhood in Rubble: The Humanitarian Consequences of Urban Warfare for Children](#) (ICRC, 2023) this document includes other vulnerabilities as well